

Uma reunião na casa do doutor Ulysses

Reportagem Local

O deputado Ulysses Guimarães recepcionou ontem de manhã em sua residência, em São Paulo, um grupo de destacados economistas, além do senador Severo Gomes e do jornalista Mino Carta. "Já fazia 15 dias que não conversávamos com o dr. Ulysses", explicou Luiz Gonzaga de Melo Beluzzo, 42, um dos participantes do encontro, que se estendeu até o início da tarde. Também estiveram presentes o professor João Manuel Cardoso de Mello e Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia e membro da Copag, a Comissão do Plano de Ação do atual governo.

De que trataram os convidados e o anfitrião? Falou-se da recuperação da saúde do presidente eleito Tancredo Neves e, naturalmente, de política e economia. Segundo Beluzzo, um dos temas em pauta foi a dificuldade que o presidente Alfonsín está encontrando para renegociar a dívida externa da Argentina. E também foi comentado, como não poderia deixar de acontecer, o recente pacote de medidas econômicas do atual governo. "Cada um dos presentes analisou as consequências destas medidas, alguns de forma mais pessimista e outros menos", revela Beluzzo. "Como sempre faz nestas ocasiões, o dr. Ulysses só ouviu".

Nesta "conversa de amigos" — como a definiu Cardoso de Mello, que

mais não disse — "discutimos mais aspectos da negociação internacional da dívida externa e suas relações com a economia, do que sobre o pacote da semana passada", disse Coutinho, 38. Ele concordou em opinar sobre as primeiras medidas econômicas do atual governo com a condição de que suas declarações "não fossem vinculadas" à conversa na residência do deputado. De inicio, o economista crê que a ausência de Tancredo somada "à inibição correta do dr. Sarney" na tomada de decisões, "está inibindo maior agilidade" na estruturação do novo governo".

"Espero que as recentes medidas sejam instrumento no sentido de estabelecer novas prioridades do gasto público, e ao eliminar ineficiências e desperdícios, logre maior espaço para investimentos de rápido retorno, como agricultura e ações na área social que correspondam às expectativas da sociedade", afirma Coutinho. Para ele, a contenção nos gastos recomendada pelo Conselho Monetário Nacional deve ser seletiva, preservando-se tópicos como folha de salários e outros dispêndios essenciais — avais e os itens de custeio, na área agrícola. "Há possibilidade de que em várias áreas existam operações e liberações de outros governos. Então, a triagem torna-se necessária para impedir "testamentos" que não sejam condizentes com as novas prioridades". (NB)